

A estratégia norte-americana de “destruição inovadora”



Por **JOSÉ LUÍS FIORI***

Do ponto de vista geopolítico o projeto Trump pode estar apontando na direção de um grande acordo “imperial” tripartite, entre EUA, Rússia e China

Ao se completarem dois meses da nova administração americana, o histrionismo de Donald Trump e a perplexidade dos europeus criam uma impressão duplamente falsa com relação à Guerra da Ucrânia. Por um lado, o presidente americano se comporta como se os EUA fossem o “país ganhador”, exigindo uma “reparação de guerra” do país derrotado, a Ucrânia, que foi seu grande aliado até anteontem.

Por outro, os europeus, em estado de pânico, atribuem à traição de Trump e à sua decisão de acabar com a guerra, a responsabilidade por sua divisão e derrota eminente. Como se fosse possível fazer, desfazer e refazer a história real através apenas da manipulação de “narrativas” que são inventadas e repetidas incansavelmente pelas potências que se acostumaram a controlar o “imaginário coletivo” do sistema mundial.

Na verdade, o que estamos assistindo é o reconhecimento norte-americano de um fato consumado: a vitória da Rússia no campo de batalha contra as tropas da Ucrânia, e contra os armamentos da OTAN, mesmo que durem ainda a resistência e os ataques pontuais dos ucranianos. Neste momento, os EUA estão exigindo que seus vassalos se rendam, na forma inicial de um “cessar-fogo”, mas na verdade se trata de uma vitória russa sobre os próprios EUA, que forneceram a maior parte do equipamento bélico, base logística, apoio de inteligência, e financiamento, que permitiram aos ucranianos resistirem durante três anos, promovendo uma escalada militar que chegou às portas de uma guerra atômica, no final do governo de Joe Biden.

Neste momento, a situação ainda está muito confusa, mas mesmo assim já é possível reconstruir os caminhos e principais passos que levaram a essa guerra. Uma história que começou em 1941, com a assinatura da Carta do Atlântico, pelo presidente americano, Franklin Delano Roosevelt, e pelo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, em Newfoundland, nas cercanias do Canadá. Carta Atlântica que se transformou na “pedra fundamental” da “aliança estratégica” entre EUA e Grã-Bretanha (GB), que foi vitoriosa na Segunda Guerra Mundial, e que foi em seguida sacramentada pelo bombardeio atômico norte-americano das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Uma aliança inquebrantável que durou 80 anos e que esteve na origem do projeto globalista de construção de um mundo unificado e tutelado pelos anglo-saxões, seguindo as regras e valores da “civilização ocidental”.

Esse projeto anglo-saxônico mudou de rumo, entretanto, depois do discurso de Winston Churchill, em Fulton, Missouri, EUA, em março de 1946, quando o ex-primeiro-ministro britânico propôs aos seus aliados norte-americanos a construção de uma barreira de contenção militar – que ele chamou de “cortina de ferro” – separando o “mundo ocidental” da zona de influência comunista da União Soviética. Uma política inglesa, de demonização e confronto permanente com a Rússia, que foi formulada pela primeira vez logo após o Congresso de Viena, em 1815, um século antes da Revolução Soviética.

a terra é redonda

A grande novidade desta proposta, portanto, foi o convencimento e mobilização do governo norteamericano de Harry Truman a favor dessa estratégia que deu início à Guerra Fria, em 1947, seguida pela formação de um bloco dos países do Atlântico Norte, consagrado pela criação da OTAN, em 1949, e pela inauguração da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, embrião da União Europeia, que viria a ser formalizada em 1993.

Quarenta anos depois, no momento da queda do Muro de Berlim, em 1989, e da dissolução da União Soviética, em 1993, as duas grandes potências anglo-saxãs voltaram ao seu projeto de 1941. Foi quando se falou em “fim da história” e da vitória definitiva da democracia e do capitalismo liberal e anglo-saxônico, sobretudo depois da arrasadora vitória militar dos EUA na Guerra do Golfo, de 1991/2, quando os americanos expuseram ao mundo sua nova tecnologia de guerra teledirigida, equivalente às bombas de Hiroshima e Nagasaki, do ponto de vista do impacto sobre o sistema mundial.

A partir de então, os EUA se desfizeram do seu compromisso com as Nações Unidas, e com as regras de funcionamento do seu Conselho de Segurança, e transformaram a OTAN - progressivamente - no seu braço armado de intervenção nos Balcãs, no Oriente Médio, na Ásia Central e Europa do Leste”^[i]. Primeiro foi a Bósnia, em 1995, e depois a Iugoslávia, em 1999, que foi bombardeada pela OTAN sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU. E o mesmo voltou a acontecer em 2003, quando EUA e GB invadiram e destruíram o Iraque, apesar do veto da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e da oposição de Alemanha, França e de vários outros aliados tradicionais dos anglo-saxões. Começaram ali as “guerras sem fim” dos EUA, da GB e da OTAN no Grande Oriente Médio, e se estenderam até sua e “retirada” do Afeganistão, em 30 de agosto de 2021.

E o mesmo aconteceu na Europa, onde a OTAN se expandiu de forma contínua, multiplicando suas bases militares na direção da Europa do Leste da fronteira ocidental da Rússia. Apesar da promessa do secretário de Estado norte-americano James Baker ao primeiro-ministro russo Mikhail Gorbachev, feita em 1991, logo após o fim da Guerra Fria, de que a OTAN não avançaria na direção da Europa do Leste, em 1994, o presidente Bill Clinton autorizou sua primeira expansão, e em 1999 a Otan começou sua “marcha para o Leste”, com a incorporação de Hungria, Polônia e República Tcheca.

E em 2004, a OTAN incorporou Estônia, Lituânia, Letônia, Bulgária, Eslovênia e Eslováquia, enquanto experimentava suas novas formas de intervenção através das chamadas “revoluções coloridas” contra governos desfavoráveis aos interesses americanos - como foi o caso da “revolução das rosas”, na Geórgia, em 2003; da “revolução laranja” na Ucrânia em 2004; da “revolução das tulipas” no Quirguistão, em 2005.

Por fim, em abril de 2008, na cidade de Bucareste, a OTAN anunciou seu xeque-mate, com a incorporação da Geórgia, e sobretudo da Ucrânia, que Zbigniew Brzezinski^[ii] (o grande geopolítico do Partido Democrata norte-americano), considerava ser uma peça central da disputa dos EUA com a Rússia, pelo controle da Europa do Leste e de todo o continente eurasiático. Tão importante que Brzezinski chegou a propor que a Ucrânia fosse conquistada pelos EUA e pela OTAN, até no máximo 2015 - o que acabou acontecendo depois do golpe de Estado de 2014, que derrubou o governo eleito de Viktor Yanukovich, considerado hostil pelos EUA e pela OTAN.

A Rússia protestou inutilmente contra esses sucessivos avanços da OTAN sobre sua fronteira ocidental. E, em 2007, na Conferência de Segurança de Munique, o presidente russo, Vladimir Putin, advertiu pessoalmente as potências ocidentais de que a Rússia não toleraria os avanços da OTAN na Geórgia e na Ucrânia. Sua advertência foi ignorada uma vez mais e, no ano seguinte, a Rússia foi obrigada a fazer uma primeira intervenção militar direta na República Autônoma da Ossétia do Sul, para impedir sua incorporação à OTAN. E mais à frente, em 2015, a Rússia voltou a intervir diretamente contra o golpe de Estado apoiado pelos EUA e pela OTAN, ocupando e incorporando a Crimeia ao território russo.

Por fim, em 15 de dezembro de 2021, a Rússia entregou um memorando às autoridades americanas e da OTAN, e aos governantes da União Europeia, propondo a interrupção da expansão da OTAN, o afastamento de suas tropas das fronteiras russas e a desmilitarização da Ucrânia. Não houve resposta a esse memorando e o silêncio das “potências ocidentais” foi o estopim que deflagrou a invasão russa do território da Ucrânia, iniciando de fato uma “proxy-war” entre Rússia e EUA.^[iii]

Três anos depois do início da guerra, já não cabe dúvida de que a Rússia venceu no campo de batalha, mas também no campo da competição tecnológico-militar com relação aos equipamentos fornecidos aos ucranianos pelos EUA e pelos países da OTAN. Além disso, a Rússia também venceu a guerra econômica contra as sanções que lhe foram impostas pelas potências ocidentais, e sua economia vem crescendo sistematicamente à frente dos demais países europeus.

Não há dúvida de que a vitória russa se acelerou e consolidou nos dois últimos meses: (1) com a saída dos EUA da guerra e a ruptura do seu “casamento estratégico” com a Grã-Bretanha; (2) com a divisão interna da OTAN e a ameaça de saída dos EUA; (3) com a fragilização da União Europeia, depois do seu afastamento dos EUA; (4) e finalmente, como desmonte do “bloco ocidental” e de sua hegemonia mundial exercida nos últimos 200 anos. Como consequência, o mais provável é que as negociações *post-bellum* entre Rússia e EUA se transformem no primeiro passo de uma nova “ordem mundial multipolar” e “pós-europeia”, a mais importante de todas as reivindicações e vitórias russas.

Reagan e Trump e a “destruição inovadora”

“Toda situação hegemônica é transitória, e mais do que isto, é autodestrutiva, porque o próprio hegemom acaba se desfazendo das regras instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus liderados” (José Luís Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações*)

Na década de 70 do século passado, os EUA sofreram uma série de reveses militares, econômicos e geopolíticos: foram derrotados na Guerra do Vietnã; surpreendidos pela Guerra do Yom Kippur e pela criação da OPEP e a subida dos preços internacionais do petróleo; e foram surpreendidos uma vez mais pela Revolução do Aiatolá Khomeini, no Irã, em 1979; seguida pela “crise dos reféns” americanos que foram mantidos presos durante 444 dias na embaixada dos EUA em Teerã, culminando com a invasão soviética do Afeganistão, em dezembro de 1979.

Muitos analistas falaram naquele momento de uma “crise final da hegemonia americana”. Frente a essa situação de declínio relativo de poder, entretanto, os EUA destruíram a ordem mundial que haviam criado depois da Segunda Guerra Mundial e adotaram uma nova estratégia internacional, com o objetivo de manter sua primazia mundial. Primeiro, aceitaram a derrota, renderam-se e assinaram um acordo de paz com o Vietnã; ao mesmo tempo, abandonaram o padrão-dólar que haviam imposto ao mundo em Bretton Woods, em 1944; em seguida, pacificaram e reataram relações com a China; e enterraram definitivamente seu projeto econômico desenvolvimentista, impondo uma abertura e desregulação financeira da economia internacional, enquanto iniciavam uma nova corrida armamentista, conhecida como a 2ª. Guerra Fria, que culminou com a derrocada da União Soviética. Um verdadeiro tufão conservador e neoliberal, que começou no governo de Richard Nixon e alcançou sua plenitude durante o governo de Ronald Reagan, mudando radicalmente o mapa geopolítico do mundo e transformando de forma irreversível a face do capitalismo mundial.

Agora de novo, na segunda e terceira décadas do século XXI, os EUA vêm sofrendo novos e sucessivos reveses militares, econômicos e geopolíticos. Foram derrotados no Afeganistão e obrigados a uma retirada humilhante da cidade de Cabul, em agosto de 2021; estão sendo derrotados de forma inapelável na Ucrânia; sofreram uma perda significativa de credibilidade moral em todo mundo, depois do seu apoio ao massacre israelense dos palestinos da Faixa de Gaza; vêm sofrendo um processo acentuado de desindustrialização e sua moeda, o dólar vem sendo questionado por seu uso como arma de guerra contra países concorrentes ou considerados inimigos dos seus interesses; e por fim, os EUA têm perdido posições importantes na sua competição tecnológica-industrial e espacial com a China, e na sua disputa tecnológica-militar com a Rússia.

Neste momento, uma vez mais, o governo norte-americano de Donald Trump está se propondo refazer sua primazia através de uma nova mudança radical de sua estratégia internacional, combinando doses altíssimas de destruição, com algumas propostas disruptivas e inovadoras no campo geopolítico e econômico, partindo de uma posição de força e sem pretensões éticas ou missionárias, e orientando-se apenas pela bússola dos seus interesses nacionais.

A principal consigna de campanha de Donald Trump - “fazer a América grande de novo” - já é por si mesma, um

reconhecimento tácito de que os EUA estão enfrentando uma situação de crise ou declínio que precisa ser revertida. E suas primeiras medidas são todas de natureza defensivas: seja no caso da sua política econômica mercantilista, seja no caso da “barreira balística” que ele está se propondo construir em torno do território americano. E o mesmo se pode dizer de suas agressões e ameaças verbais, que têm sido dirigidas contra seus vizinhos, aliados e vassalos mais próximos e incondicionais.

De qualquer maneira, o mais importante tem sido o ataque avassalador e destrutivo de Donald Trump e seus auxiliares mais próximos, contra as regras e instituições próprias da ordem internacional construída pelos EUA, como resposta à sua crise dos anos 70 do século passado. E contra os últimos vestígios da ordem mundial do pós-Segunda Guerra, como no caso das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança. Com ênfase particular no ataque e destruição americana do multilateralismo e do globalismo econômico que se transformaram na principal bandeira americana do pós-Guerra Fria. Neste capítulo das “destruições”, deve-se sublinhar também o ataque seletivo e estratégico do governo Donald Trump contra todas as peças de sustentação interna – dentro do próprio governo americano – do que eles chamam de *deep state*, a verdadeira base de sustentação e *locus* de planejamento das guerras norte-americanas.

No plano internacional, entretanto, a grande revolução – se prosperar – será efetivamente a mudança da relação entre os EUA e a Rússia, que vem sendo proposta pelo governo de Donald Trump. Uma inflexão muito profunda e radical, muito mais do que foi a reaproximação entre os EUA e a China, na primeira metade dos anos 1970. Porque, de fato, no século XX, os EUA herdaram uma inimizade, competição e polarização geopolítica construída pela Grã-Bretanha contra a Rússia, desde o momento em que se consagrou a vitória dos russos e dos ingleses contra a França de Napoleão Bonaparte, no Congresso de Viena, de 1815.

Desde então, os russos foram transformados pelos ingleses em seus “inimigos necessários”, e serviram como princípio organizador da estratégia imperial inglesa. Uma realidade histórica que foi depois consagrada pela teoria geopolítica do geógrafo inglês Halford Mackinder, segundo a qual o país que controlasse o coração da Eurásia, situado entre Moscou e Berlim, controlaria o poder mundial. Por isso, os ingleses lideraram a Guerra da Criméia, entre 1853 e 1856, contra os russos; e de novo lideraram a invasão da Rússia depois do fim da Primeira Guerra Mundial; e cogitaram fazer o mesmo logo depois da Segunda Guerra. Uma obsessão de Winston Churchill que acabou cedendo lugar ao projeto de construção da “cortina de ferro” e da OTAN.

Essa obsessão inglesa foi repassada aos norte-americanos depois da Segunda Guerra Mundial e esteve na origem da Guerra Fria. A partir de então, os EUA e a GB (junto com seus aliados da OTAN), construíram uma gigantesca infraestrutura militar – material e humana – destinada a “conter os russos” e, se possível, derrotá-los estrategicamente. A última tentativa foi feita agora na Guerra da Ucrânia e fracassou uma vez mais. E se o projeto atual de Donald Trump de aproximação da Rússia prosperar, ele estará sucateando toda essa infraestrutura junto com todas as demais alianças americanas construídas a partir de 1947, com vistas a esta “guerra final” contra os russos. Não é pouca coisa, muito pelo contrário, e muitos líderes euro-atlânticos que tentaram romper essa barreira ficaram pelo caminho. Podendo-se prever, inclusive, a possibilidade de algum tipo de atentado ou auto-atentado, a partir do próprio mundo anglo-saxão, com o objetivo de barrar esta mudança de rumo norte-americana.

Sim, porque está sendo rompida e enterrada a aliança estratégica anglo-saxônica, que foi fundamental para a dominação ocidental do mundo, desde a Segunda Guerra Mundial, desmontando-se ao mesmo tempo, como um castelo de cartas, o projeto da OTAN, o G7, e talvez a própria União Europeia. Mas nada disto encerra a competição interestatal pelo poder global. O projeto de Donald Trump diminui a importância da Europa e diminui a importância da fronteira europeia da Rússia, deslocando as linhas de fratura da geopolítica mundial para o Ártico e para o Sul do Pacífico.

Mas a própria cobiça de Trump com relação ao Canadá e à Groenlândia explicita seu projeto de construção de uma grande massa territorial equivalente à russa, justo em frente à fronteira norte e ártica da própria Rússia. E ao mesmo tempo, o projeto de negócios conjuntos entre russos e norte-americanos, que vem sendo insistentemente anunciado, sobretudo na região do Polo Norte, aponta para um possível distanciamento futuro e “pelo mercado” da Rússia com relação à China,

a terra é redonda

para não permitir que se consolide uma aliança estratégica inquebrantável entre Rússia e China, ou mesmo entre Rússia e Alemanha. Porque a China seguirá sendo no Século XXI, o principal competidor e adversário dos EUA, neste planeta e no espaço sideral.

A estratégia americana de “destruição inovadora” terá – desta vez – o mesmo sucesso que teve no século passado, com Richard Nixon e Ronald Reagan? É difícil de saber, porque não se sabe quanto tempo durará o projeto de poder de Donald Trump e seus seguidores. E em segundo lugar não se conhece o impacto mundial de uma política econômica mercantilista e defensiva, praticada pela maior economia do mundo. O nacionalismo econômico foi sempre uma arma dos países que se propõem “subir” na hierarquia internacional, e não de um país que não quer “descer”.

De qualquer maneira, do ponto de vista geopolítico o projeto Trump pode estar apontando na direção de um grande acordo “imperial” tripartite, entre EUA, Rússia e China, como também pode estar apontando para o nascimento de uma nova ordem multipolar que lembra, de certa forma, a história europeia do século XVIII. Com a grande diferença que agora o “equilíbrio de forças” do sistema envolveria uma competição entre potências atômicas de grande dimensão, quase impérios, como é o caso dos EUA, da China, da Rússia, da Índia, e da própria União Europeia, caso ela consiga se reorganizar e rearmar sob a liderança da Inglaterra ou da Alemanha. E, em menor escala, da Turquia, do Brasil, da Indonésia, do Irã, da Arábia Saudita e da África do Sul. Um mundo difícil de ser administrado, e um futuro impossível de ser previsto.

Notas

[i] Victoria Nuland, a diplomata americana que ficou famosa por sua participação direta pessoal a favor do golpe de Estado na Ucrânia, em 2014, e que foi também Representante Permanente dos EUA na OTAN, de 2005 a 2008, declarou numa entrevista ao jornal Financial Times, em 2006, que “os EUA querem ter uma força com projeção global, para operar em todo o mundo, da África ao Oriente Médio e bem mais além, o Japão, como a Austrália tem vocação, igual que as nações da OTAN, para fazer parte desta força” (in Chauprade, A., *Chronique du Choc des Civilizations*, Chronique Editions, Paris, 2013, p. 69).

[ii] Brzezinski, Z, *The Grand Chessboard. American Primacy and its Geostrategica Imperatives*, Basic Books, New York, 1997

[iii] O novo secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, reconheceu recentemente que a Guerra da Ucrânia foi na verdade uma “guerra por procuração” entre Rússia e EUA., in UOL Noticias, noticias.uol.com.br -6 de março de 2025.

***José Luís Fiori** é professor emérito da UFRJ. Autor, entre outros livros, de *Uma teoria do poder global (Vozes)* [<https://amzn.to/3YBLfHb>]

Publicado originalmente no Boletim nº. 10 do *Observatório Internacional do Século XXI*.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA